

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: Diálogos e Intersecções entre História e Educação

Volume 21 | Número 2 | Ano/período: Maio/Agosto 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i2.13697

ISSN: 2763-8804

Educação e tradição bantu:

paradigmas teóricos e civilizatórios na formação de educadores/as

Ivan Costa Lima ¹  

Francisco Danierbes de Sousa Santos ²  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

LIMA, Ivan Costa, SANTOS, Francisco Danierbes de Sousa. Educação e tradição bantu: paradigmas teóricos e civilizatórios na formação de educadores/as. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 2, p.23-41, abr/set 2022.

Recebido em: 26/06/2022 | **Aprovado em:** 28/08/2022 | **Publicado em:** 19/09/2022

¹ Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

² Possui graduação interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2019). Membro AZÂNIA/CNPq - Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gêneros, Sexualidades, Religião, Performances e Educação.

Educação e tradição bantu:**Paradigmas teóricos e civilizatórios na formação de educadores/as****Resumo**

A pesquisa, em andamento, objetiva produzir conhecimentos sistematizados sobre as origens do que tem se denominado cultura negra no Brasil. O foco situa-se na compreensão da tradição bantu, em seus aspectos culturais, filosóficos e religiosos. Esta tradição marca a presença negra predominante nos primeiros séculos do escravismo criminoso no Brasil, influenciando a língua e as diferenças manifestações culturais negras. A problemática a ser discutida se refere ao desconhecimento e a distorção, por parte da sociedade e da educação, da importância destes povos como parte de uma filosofia coletiva rica e abrangente desde o continente africano. Metodologicamente utiliza-se da pesquisa bibliográfica para constituir um acervo de estudos e pesquisa sobre a tradição bantu. Pretende-se com o estudo dar novos significados a cultura negra no Brasil, ampliando a experiência educativa em torno das manifestações de cultura negra de tradição bantu no rompimento de uma racionalidade ocidental ainda presente em nossa formação social.

Palavras-chave: Filosofia africana. Formação de educadores/as. Tradição bantu.

Education and bantu tradition:**theoretical and civilizational paradigms in the training of educators****Abstract**

The research, in progress, aims to produce systematized knowledge about the origins of what has been called black culture in Brazil. The focus is on the understanding of the Bantu tradition, in its cultural, philosophical and religious aspects. This tradition marks the predominant black presence in the first centuries of criminal slavery in Brazil, influencing the language and the differences in black cultural manifestations. The problem to be discussed refers to the ignorance and distortion, on the part of society and education, of the importance of these peoples as part of a rich and comprehensive collective philosophy from the African continent. Methodologically, bibliographic research is used to build a collection of studies and research on the Bantu tradition. The study intends to give new meanings to black culture in Brazil, expanding the educational experience around the manifestations of black culture of the Bantu tradition in the rupture of a western rationality still present in our social formation.

Keywords: African philosophy. Training of educators. Bantu tradition.

Educación y tradición bantú:**paradigmas teóricos y civilizacionales en la formación de educadores****Resumen**

La investigación, en curso, tiene como objetivo producir conocimiento sistematizado sobre los orígenes de lo que se ha denominado cultura negra en Brasil. La atención se centra en la comprensión de la tradición bantú, en sus aspectos culturales, filosóficos y religiosos. Esta tradición marca la presencia negra predominante en los primeros siglos de esclavitud criminal en Brasil, influenciando el lenguaje y las diferencias en las manifestaciones culturales negras. El problema a discutir se refiere al desconocimiento y distorsión, por parte de la sociedad y la educación, de la importancia de estos pueblos como parte de una rica y amplia filosofía colectiva del continente africano. Metodológicamente, se utiliza la investigación bibliográfica para construir una colección de estudios e investigaciones sobre la tradición bantú. El estudio pretende dar nuevos significados a la cultura negra en Brasil, ampliando la experiencia educativa en torno a las manifestaciones de la cultura negra de la tradición bantú en la ruptura de una racionalidad occidental todavía presente en nuestra formación social.

Palabras clave: Filosofia africana. Formação de educadores. Tradição bant  .

O estudo situa-se dentro do projeto de pesquisa, em andamento, apresentado ao Programa Institucional de Inicia  o Científica intitulado: “Educa  o e tradi  o bantu: paradigmas teóricos e civilizatórios na forma  o de educadores/as”, tendo como bolsista XXXXX, estudante do curso de pedagogia, que pretende realizar seu trabalho de conclus  o de curso com esta temática. E, se encontra no âmbito das a  es desenvolvidas pelo Grupo de pesquisa África-Brasil: Produ  o de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global da Unilab em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Rela  es   tnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educa  o – N’umbuntu da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), ambos certificados pelo CNPq.

Por outro lado, a pesquisa atende outros desafios articulados por uma vivência pessoal minha XXXXX, como iniciado na tradi  o bantu no candomblé de Angola, na Comunidade terreiro Abass   de Od  , em Florianópolis, Santa Catarina, tendo como tata Arolegy, mais conhecido como Pai Leco (in memoriam), no ano de 1999. Com seu falecimento, dei continuidade a este processo a partir de minha inser  o na comunidade Abass   Tata de Nkissi Od   Omi, dirigido por Pai Toninho, também em Florianópolis para a complementa  o de minhas obriga  es religiosas na raiz Angola, com a realiza  o de minha obriga  o de três anos em 2021.

Com isso, o artigo traz, primeiramente, um grande desafio que    a possibilidade de escrevermos sobre uma tradi  o que, apesar de sua antiguidade, ainda se têm poucos referenciais locais, seja na produ  o científica como no conhecimento de terreiros que publicamente expressam esta liga  o. Segundo que, na literatura acad  mica, este segmento cultural    cercado de preconceitos e até inferiorizado, sendo relegado a uma mera adapta  o de outras formas religiosas oriundas do continente africano.

Desta forma, pretendemos com este debate inicial colocar em evidência a importância da tradi  o bantu; e localizar na pesquisa bibliográfica conhecimentos que materializam sua dimensão civilizatória, a partir de sua principal manifesta  o religiosa de base africana que    o candomblé de Angola. A problemática a ser discutida se refere ao desconhecimento e a distor  o, por parte de setores sociedade, da importância dos povos bantu no repertório cultural negro-africano como parte de uma filosofia coletiva, rica e abrangente oriunda deste continente.

Também, articulamos o texto com os debates realizados na componente curricular “A língua banta e a sua influência nas manifesta  es afro-brasileiras” do curso de Pedagogia da Unilab, onde propusemos a altera  o de sua nominata para “A civiliza  o bantu e a sua influência nas manifesta  es afro-brasileiras” na busca de afirmar seu processo civilizatório que integra grande parte da cultura negra realizada no Brasil.

O foco    contribuir com estes polos, de prática existencial e a tarefa da universidade em seu papel formador, trazendo-se a no  o de que saberes são necessários para superar o desconhecimento dos

processos civilizatórios dos africanos e de seus descendentes. Dentro desta concepção, deve-se afirmar a importância em se conhecer as tradições bantu, sua relação com o sagrado, sua dimensão civilizatória e ancestral, como possibilidade de introduzir essa gama de conhecimentos numa rede educativa para promover o legado africano em todas as suas possibilidades.

Desde já, evidenciar que o uso do termo bantu, diferentemente de outros autores/as, está sendo utilizado para reforçar seu aspecto civilizatório, visto que a partícula NTU diz respeito ao “[...] princípio da existência de tudo”, conforme assevera Cunha Júnior (2010, p. 26), reforçando a dimensão filosófica que conforma a existência dos sujeitos dentro da tradição bantu. Neste sentido, Bantu, portanto se refere a organização do sujeito coletivo e sua relação no campo material, simbólico ou do espiritual (CUNHA JR, 2010, p. 33).

Assim, os elementos que trazemos tornam-se relevantes pela necessidade em reconfigurar os conhecimentos sobre o tema, trazendo subsídios para o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira como apregoa a legislação nacional. De tal forma, introduzir elementos que constituem as origens de grande parte da chamada cultura negra no Brasil, cujo foco que defendemos está alicerçado pela tradição bantu, que entre outras influências estruturou de forma significativa, por exemplo, a língua portuguesa no Brasil.

Para tanto, torna-se fundamental conhecer as conexões estabelecidas entre África e Brasil, no que se refere ao complexo bantu; e a importância de pensar estratégias pedagógicas para inserir de forma consistente esta dimensão cultural e epistemológica, que pensamos está plenamente marcada nas mentes e corpos dos descendentes de africanos/as no Brasil.

Argumentamos que, na atual conjuntura, compete as diferentes instituições educativas contribuir em romper com um pensamento alicerçado em uma única forma de compreensão de mundo, cabendo a elas refletir sobre as formas coletivas trazidas pelo conhecimento africano. Significa, problematizar o que foi considerado ao longo do tempo como universal, o europeu. Como nos diz Nogueira (2014, p. 33) essa elaboração de universal foi estabelecida “[...] para a exclusão total do outro lado”, em nosso caso as matrizes africanas.

Os ensinamentos tradicionais, ainda presentes no universo escolar, nos desafiam a desenvolver uma educação contextualizada e crítica, que atenda aos diversos sujeitos que constituem os sistemas de ensino, reunindo informações que contribuam no aprimoramento de conhecimentos envolvidos na criação e difusão das tradições bantu e seus desdobramentos como manifestações da cultura negra no território nacional, inclusive no Ceará.

Com estas referências, situamos o artigo dentro de uma abordagem qualitativa (WELLER, 2013), na utilização da pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de constituir um acervo do que foi produzido, dentro e fora da academia, sobre a tradição bantu, e que possa ser disponibilizado para a formação de educadores/as. Essa abordagem bibliográfica significa que “[...] além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (ESTEBAN, 2010,

p. 15), também nos auxilia em ampliar a reflexão crítica desse conhecimento, com isso relacionar as abordagens iniciais com nossas experiências seja educativa ou iniciática.

Assim, articulamos a dimensão do pertencimento às religiões de matrizes africanas, cuja denominação é candomblé de Angola de base bantu, com os estudos acadêmicos que podem contribuir em ampliar o conhecimento sobre o tema com múltiplas triangulações para relacionar os dados compilados com a literatura e a realidade vivida.

Significa também, encontrar pistas, através de estudos, pesquisas e consultas on-line sobre o candomblé de Angola e apontar como esta tradição de religião africana informa a constituição de outras manifestações, em especial, a base de organização da umbanda no Brasil.

No campo da educação, evidencia-se a promulgação da lei 10639/2003 (BRASIL, 2004), que determina a história e a cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino. Para sua consolidação, com o objetivo de estabelecer metas e responsabilidades para a implementação de uma educação antirracista, aprovou-se em 2008, o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais, resultado de diferentes fóruns regionais de discussão. Em síntese, atribui-se às Universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais, que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior e na apropriação de novas abordagens teóricas e metodológicas.

Com isso tem-se a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que se encontra na cidade de Redenção-CE e São Francisco do Conde-BA, se despontado como alternativa epistemológica, teórico-metodológica para este debate, em especial, a constituição do curso de Pedagogia, que em seu projeto pedagógico assume uma inspiração afrocentrada. Assim, entre outras componentes curriculares tem dado ênfase as religiões de matrizes africanas, destacando-as como valores civilizatórios que impactam o conjunto das culturas constituídas no Brasil.

Assim, discute-se na atuação do curso de pedagogia, a incorporação em seu projeto político pedagógico de componentes curriculares baseadas na história e cultura afro-brasileira e africana, como possibilidade de construir conhecimentos com base na descolonização da educação brasileira. Desta forma, questiona-se os conceitos liberais predominantes em torno da meritocracia, da neutralidade da ciência e no debate das relações étnicorraciais, pautando-se na desconstrução da ideologia dominante que não tem discutido, de maneira evidente, o racismo como estruturante das relações sociais no Brasil.

Neste sentido, aponta-se de forma parcial a necessidade da formação de educadores para a mudança dos paradigmas que constituem os sistemas de ensino brasileiro, tendo em vista a legislação federal que apregoa a efetivação de novas dimensões de um projeto de mudanças sociais. Neste sentido, tem-se aberto discussões em que os integrantes destas religiões têm espaço para discutir suas demandas e a sua importância nesta região cearense.

Assim, para compreender e conhecer as dinâmicas das religiões de matrizes africanas é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que deveriam ser compreendidas pelo universo educacional.

No entanto, se evidenciam enormes dificuldades em se lidar com esta tradição cultural, como pontua Santos (2015, p. 61), para ele há pelo menos três pressupostos básicos no debate sobre a intolerância no espaço escolar: “O primeiro é o de que a educação escolar se constitui em espaço e tempo de formação de identidades socioculturais, de reprodução e enfrentamento de preconceitos e de formas correlatas de intolerância”, indicando seu papel contraditório ao lidar com este tema.

O segundo pressuposto “é o de que, em vários segmentos da sociedade brasileira, encontram-se atitudes de preconceitos e de intolerância com relação aos adeptos e às religiões de matrizes africanas” elementos que se vinculam ao debate de que a educação é atravessada por injunções sociais e políticas.

Por fim, o terceiro pressuposto “é o de que a hegemonia das religiões de matriz judaico-cristã, a discriminação racial e a satanização de entidades espirituais produzem uma invisibilidade das religiões de matrizes africanas, pelas políticas educacionais [...]” elementos que contribuem para o desinteresse de educadores (as) sobre as práticas vivenciadas pelos sujeitos que frequentam a sala de aula. Assim, como deixam de compreender que estas vivências são produções da humanidade como quaisquer outras e que afetam a relação entre as pessoas e delas com o mundo.

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro e, em especial, sobre as religiões de matrizes africanas, que sofrem com o racismo religioso. Portanto, vamos debater sobre as tradições bantu e como esta contribui para a organização do chamado Candomblé de Angola.

Tradição bantu: dimensões civilizatórias e religiosas

No Brasil quando se discute cultura negra, muito provavelmente, se faz menção ao continente africano numa dimensão unidirecional, cuja principal referência seria a cultura nagô, a partir do culto aos orixás, como a principal preservação africana em terras brasileiras.

Assim, observa-se a negação da importância cultural do segmento bantu na formação brasileira, contudo essa tradição “[...] pela anterioridade de sua presença e pelo número vultoso de sua entrada nos portos brasileiros por mais de 300 anos” (LOPES, 20021, p. 9), se constitui como conhecimento a ser considerado e estudado em diferentes práticas educativas.

De tal forma, que se possa afirmar e enfrentar o preconceito e o desconhecimento desta dimensão ancestral, cuja influência na formação da civilização brasileira e nas Américas forjou estruturas culturais, econômicas e religiosas.

A tradição bantu conforme situa Fourshey, Gonzales e Saidi (2019, p. 22) diz respeito a uma história abrangente, dentro e fora do continente africano, que remonta há pelos 3500 anos antes da era atual. Ao longo deste processo, em África houve toda uma interação entre diversas regiões e grupos que configuram os povos bantu no estabelecimento de comunidades em grande parte da chamada região Subsaariana, assim: “Sua história nos ensina a variedade de maneiras em que os povos criaram instituições sociais e materiais duradouras [...] as relações com forasteiros e as dinâmicas de poder estavam presentes e eram contestadas [...]”, em especial quando se fala dos reinados como o do Congo, Monomotapa e Zulu, que denota o processo civilizatório bantu dentro do continente.

Neste sentido, as autoras anteriormente citadas, reforçam que esta tradição abarca um extenso conjunto de povos que caracterizam o bantu, de tal forma que:

O termo “Bantu” não pode ser reduzido a um único grupo. Em vez disso, é útil pensá-lo como um paradigma conceitual que pode ser chamado de “tradição Bantu”. Algo muito parecido com a noção comum de “tradição da Europa Ocidental” ou “tradição do Leste Asiático”. Elas abrangem sociedades com práticas linguísticas, culturais, artísticas, históricas, políticas e religiosas variadas que são comumente discutidas em conjunto, embora, ao mesmo tempo, entenda-se que se tratam de tradições heterogêneas. (FOURSHEY, GONZALES E SAIDI, 2019, p. 36).

Portanto, é fundamental argumentar que este processo deve ser entendido como uma dimensão conceitual e civilizatória de longa duração, em função daqueles elementos que os caracterizam, no passado e no presente dos povos bantu, e que influenciaram a nação brasileira e de outras partes nas Américas.

Assim, bantu para além dos aspectos de um tronco linguístico, conforme situa a maioria dos estudos, também se reveste de outras dimensões, entre elas a filosófica. Sobre isso, Cunha Jr (2010, p. 30) vai situar que a tradição bantu se organiza a partir de unidade na diversidade cultural, que apresentam valores sociais comuns, como: ancestralidade, a oralidade, o comunitarismo e a relação familiar e, em especial, pela concepção de ser humano composto do seu corpo físico e da sua inteligência viva.

Esses elementos, portanto, se configuram como uma filosofia africana, trazida ao Brasil pelo escravismo criminoso, como pontua o referido autor, fazendo com que se coloquem como saberes ancestrais, cujo estudo pode contribuir em problematizar a dominação ocidental sobre as populações africanas e na diáspora.

Neste sentido, a compreensão da estrutura filosófica que orienta a tradição bantu se coloca como contribuição, a demanda suscitada pela lei 10639, quando estabelece o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino, visto que a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro.

Vislumbrar o impacto que essa base traz ao Brasil é auxiliar na compreensão de como, desde a época da invasão continental africana até os dias atuais, a cultura negra desenvolvida é atravessada de forma incontestável por esta tradição. Como pode-se facilmente encontrar, por exemplo, nos elementos de artes organizadas no Brasil: “[...] aos batuques, às batidas, ao gingado, pontos hoje conhecidos legitimamente como brasileiros, mas que possuem passado de intimidade com o povo oriundo da África [...]” (SILVA, 2014, p. 29), sobretudo, dos povos de tradição bantu.

Sobre isso, compreende-se haver nas tradições bantu o desenvolvimento de organizações sociais, políticas e culturais que marcam a constituição das experiências africanas conduzidas no Brasil, a exemplo dos quilombos, dos maracatus, organização em irmandades religiosas, samba, capoeira entre outros, configurando uma afirmação da identidade negra e ligação com as matrizes africanas no Brasil (CUNHA JUNIOR; SILVA; NUNES, 2011), que produziram uma ética de resistência e elaboração de sentido para a vida baseada no equilíbrio do ser humano com tudo que nos cerca.

De fato, a tarefa de ressignificar o reconhecimento das origens das tradições bantu como espaços de cultura, identidade e memória impulsionam para a afirmação de que estes povos são detentores de civilização e de produção intelectual. E, por consequência, questionar as formas como esta tradição foram subalternizadas, que levou a negação de suas formas de sociabilidade e estruturas que constituíram e que marcam grande parte das manifestações de matrizes africanas, que ainda são poucos explorados no campo da Educação e da formação de educadores/as sobre este tema.

Para tanto, aqui queremos tratar de uma cosmopercepção, expressão entendida como um alargamento trazido por uma compreensão de mundo, elaborado por diferentes povos que não se restringe a chamada cosmovisão, entretanto, articulando todos os sentidos da vivência humana.

Assim, discutimos que ao longo da história da tradição bantu, observa-se elementos que constituem a vivência destes povos em torno da “[...] história dos espíritos ancestrais e territoriais [que] exemplifica a importância não apenas do Criador abstrato, mas também das relações que conectavam os reinos espiritual/etéreo e humano/temporal.” (FOURSHEY, GONZALES E SAIDI, 2019, p. 105), reforçando a importância dos ancestrais como energias intermediárias importantes contra os infortúnios da vida comunitária.

Nesta direção, busca-se compreender que, nesta tradição, a existência é parte da vida coletiva; e que está atrelada a dinâmica filosófica e civilizatória que marcam valores sociais, como a crença em um Deus único, a palavra falada que qualificam sua existência no mundo (LOPES, 2021, p. 148). Neste sentido, os termos NTU, MUNTU, BANTU e UBUNTU são as formas dos princípios filosóficos que aparecem nos diferentes povos. Para Cunha Júnior (2010, p. 26 – grifos do autor):

Na raiz filosófica africana denominada de Bantu, o termo NTU designa a parte essencial de tudo que existe e tudo que nos é dado a conhecer à existência. O Muntu é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra Bantu. A comunidade é histórica, é

uma reunião de palavras, como suas existências. No Ubuntu, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva.

De fato, registra-se que essas expressões da vida bantu se refletem na atualidade na organização de uma filosofia do ser humano, sistematizada pelos estudos de Bono (2014, p. 11), intitulado muntuísmo. Para este autor, a existência da ideia de pessoa na filosofia africana terá nesse neologismo, tirado da palavra Muntu, o desenvolvimento de um modelo teórico de personalismo africano que se “[...] sustenta sobre os três pilares desta corrente: pessoa, comunidade, Deus”.

Sobre este ponto de vista, Lopes (2021, p. 146) é enfático ao se referir que a tradição bantu é detentora de um conhecimento existencial amplo e complexo, diz ele: “Fora de dúvida, então, hoje, a existência de uma filosofia bantu, e de uma personalidade africana perfeitamente definida, bem como de um conjunto de saberes ancestrais compartilhados por toda uma tradição negro-africana”, que se colocam como conhecimentos a serem compartilhados.

Neste sentido, o referido autor, a partir de um conjunto consistente de referências sobre este universo, descreve que o eixo principal se refere a dimensão da religiosidade, que está ligado a noção de força. Com isso: “[...] a noção de força toma o lugar da noção de ser, e, assim, toda cultura bantu é orientada no sentido do aumento dessa força e da luta contra a sua perda ou diminuição” (LOPES, 2021, p. 141), reflexão esta que vai aparecer em outras formas religiosas de base africana constituída no Brasil. Isto significa entender que esta força vital (força) como valor supremo que articula toda a estrutura das sociedades de tradição bantu, pois conforme salienta Malandrino (2010, p. 56-57):

Essa energia é entendida como força vital que não se limita aos vivos, estendendo-se aos mortos e à natureza – animais e seres [...]. Dentro da comunidade, essa participação vital é entendida como uma relação de ser e vida de cada pessoa com seus descendentes, sua família seus irmãos e suas irmãs da comunidade, sua ascendência e com o Ser Supremo.

Notadamente, tal concepção interliga os vivos, os antepassados e a comunidade, no sentido de que esta força deverá a todo momento ser aumentada, como energia geradora cuja diminuição deve ser evitada, para que assim, seja destinada para a comunhão de todos, a partir das relações comunitárias que por ela são interligados, através de rituais simbólicos.

Este debate sustenta a existência de eixos fundantes da tradição bantu, para Malandrino (2010, p. 62), onde a partir da distribuição desta energia vital, há uma organização em torno de três leis, que explicam a religiosidade da tradição bantu, em especial a partir dos estudos de Altuna que seria: 1) Lei da Hierarquia dos seres ou Pirâmide vital. 2) Lei do crescimento. 3) Lei do dinamismo vital: interação e interdependência.

Assim, tem-se a partir da primeira lei a existência de intercâmbio permanente entre o mundo visível e invisível, constituindo-se numa pirâmide onde, no mundo invisível está o Ser Supremo, o criador que detém toda a fonte da vida.

Em seguida, tem-se os ancestrais intermediários do Ser Supremo, conhecido por diferentes denominações: Nzambi, Kalunga, Suku etc, e dos antepassados, considerados como antigas figuras heroicas por seus atos.

No mundo visível temos os seres humanos, animais, vegetais e minerais. Conforme explica a autora “Quanto mais próximo o homem se encontrar dos antepassados ou dos seres superiores, mais goza a plenitude vital, pois os antepassados prolongam-se nos seus descendentes” (MALANDRINO, 2010, p. 62).

A lei do crescimento diz respeito ao entendimento de que a força vital que anima todos os seres pode ser diminuída ou aumentada, que o ideal é acrescentar com a intermediação dos ancestrais para manter a vitalidade da comunidade, pois “[...] cada membro da comunidade é consciente de que não vive uma vida egocentrada ou individualista, mas a vida em comunidade que se individualiza em cada novo ser” (IDEM, p. 64.,

Já a Lei do dinamismo vital, conforme seguimos a citada autora (2010, p. 66), se refere a interação e interdependência de todos os seres que fazem parte da pirâmide vital, de forma que tudo que se move influi com o seu movimento em outros seres, sendo que apenas o Ser Supremo não sofre tal influência, pois dele emana toda a força.

Segundo nos explica Lopes (2021, p. 147) a relação dos bantu com os ancestrais é algo bastante importante na medida em que “[...] os espíritos dos ancestrais são os principais intermediários entre a Divindade Suprema e os humanos”, capazes de serem considerados como divindades secundárias como é o caso dos inquices, dos bantu da etnia bacongo associados as forças da natureza.

Assim, estes elementos estão devidamente conectados e, para reafirmar esta relação, sempre que seja preciso aumentar a energia vital é necessário que se recorra aos rituais destinado aos Ser Supremo e seus intermediários que estão à disposição, pelo princípio da interação, aos seres humanos.

Essa energia que se manifesta em todo mundo visível e não visível, conforme as leis da tradição bantu, constitui a força vital que será denominado de moyo ou ngunzo, que tem como fundamento equilibrar a energia para um mundo melhor para todos/as de sua comunidade.

Sobre isto Oliveira (2021, p. 130 – 131) reforça que “O pensamento banto não é um pensamento de punição e restrição, de culpa e de escassez; ao contrário é uma filosofia da abundância e da generosidade, da liberdade e da comunhão[...]” propiciados pelos rituais de “[...]sacrifício de animais, a utilização de folhas, o uso dos minerais são elementos simbólicos constantemente ofertados porque plenos de energia vital.” Assim, a estrutura social da tradição bantu estabelece sua ordem social na perspectiva de que esta força vital mantenha o equilíbrio.

De fato, trazendo como exemplo a experiência religiosa de Ivan, podemos considerar que os ritos evocados nos xirês, que são os momentos de celebrações aos inquices, e a necessidade de aprendizados

na participação cotidiana dentro do terreiro para apreender os usos dos elementos simbólicos e ritualísticos, significa, o tempo todo, reforçar a ligação que nós religiosos temos com a energia ancestral que circula nos espaços dentro do terreiro.

Até aqui, buscou-se trazer uma compreensão mais geral dos principais elementos que configuram a tradição bantu, há ainda outras dimensões filosóficas neste pensamento, que, pelo limite do artigo, não poderá ser desenvolvido. Contudo, pensamos que as discussões que trouxemos evidenciam os princípios fundamentais, que norteiam a religiosidade bantu, que será responsável pela organização no Brasil da constituição do candomblé de Angola.

Tradição bantu e o candomblé de Angola no Brasil

No Brasil como situa Lopes (2021, p. 9) o escravismo brasileiro, em seus primeiros momentos foi “[...] eminentemente bantu, como prova a presença afro-originada principalmente na música, nas danças dramáticas, na linguagem, farmacologia, nas técnicas de trabalho e até mesmo nas estratégias de resistência aqui desenvolvidas.” Neste caso, o autor reforça um aspecto importante de resistência, sendo a mais conhecida as comunidades quilombolas, que, para além do entendimento como apenas um lugar de negros/as fugidos, reforçando uma suposta inferioridade destes sujeitos no inconsciente nacional e na formação dos educadores/as, são experiências organizativas e militares que já existiam no continente africano, como demonstram os estudos de Munanga (1995/1996) a respeito das comunidades quilombolas em África.

A partir do escravismo criminoso, no dizer de Cunha Júnior (2011), registra-se ciclos de presença de populações de origem africana, Ciclo da Guiné; Ciclo Angola-Congo; Ciclo da Costa da Mina e Ciclo da Baía do Benim. Observa-se, como situa Lopes (2021, p. 190) que estes ciclos de traslados forçados constituíram um conjunto significativo de povos de tradição bantu. Esses sujeitos trazem, além de experiências e conhecimentos que influenciaram de forma evidente a sociedade brasileira, a constituição de formas religiosas, que serão forjadas de forma a acomodar diferentes tradições em solo brasileiro.

Para Mello e Souza (2005, p. 83) uma das faces desta religiosidade estaria ancorada nos festejos realizados para a coroação dos reis de Congo “[...] esses reis negros no Brasil escravista eram polos aglutinadores de comunidades que construíram identidades a partir dos legados africanos [...]” que, portanto, conformavam na análise da autora como um catolicismo africano.

Esta discussão, que para alguns autores, denotariam uma fragilidade na tradição bantu e em suas manifestações religiosas, no entanto, para Lopes (2021, p. 191-192) seria ao contrário, quando afirma que: “Assim em nossa avaliação, eles [povos bantu], no Brasil, apenas intercambiaram valores culturais, e não “imitaram servilmente”, como já se disse, rituais católicos e tradições de outros grupos africanos”.

Com isso, a tradição bantu vai reconfigurar as matrizes religiosas de base africanas, num espaço e tempo de afirmação de identidades, em um contexto violento e opressor, constituindo o candomblé, a partir de um processo histórico marcado por diferentes modos de organização das formas culturais ancoradas na experiência africana, de tal forma que:

A palavra “candomblé”, entretanto, é certamente de origem banta, tendo como raiz o quimbundo “kiandomb” ou o quicongo “ndombe”, ambos significando “negro” [...] da mesma fonte etimológica, o vocábulo “candombe” designa, no Brasil, uma devoção sincrética praticada no ambiente das congadas e também, em Minas Gerais, um dos grupamentos da fraternidade de Nossa Senhora do Rosario e dos Santos Pretos, segundo Saul Martins (LOPES, 2021, p. 193).

Podemos considerar, portanto, o candomblé como experiência religiosa reconstituída no Brasil pelas diferentes matrizes de negros/as, que sofreram com o processo de escravização, reestruturando suas identidades culturais que remetesse as formas organizativas das sociedades africanas, em especial, as matrizes bantu com seus inquices e santos, os nagôs-iorubá com a tradição dos orixás e o jeje com seus voduns (MUNANGA; GOMES, 2016), entre outras variadas tradições que receberam diferentes nomes ao longo do Brasil.

Assim, ligados à tradição bantu teremos a constituição do candomblé de Angola, candomblé de caboclo ou Congo-Angola, bem como da base de constituição de confrarias católicas e base de matrizes africanas no nascimento da Umbanda no Brasil.

No caso específico do candomblé Angola, a pesquisadora Previtalli (2008, p. 21), em seu trabalho de mestrado na região de Campinas, em São Paulo, reafirma que esta tradição, independente de um olhar enviesado:

[...] o candomblé de nação angola procura retornar ao particular, ao específico, que o torna diferente, mas não pode deixar intactas as formas antigas tradicionais. Então, ao mesmo tempo em que se torna um sítio de resistência também traduz e ressignifica, tornando evidente que a tradição não precisa necessariamente ser algo fixo, mas que busca um diálogo com o passado e a comunidade e este diálogo conduz à afirmação da identidade.

Neste sentido, talvez seja por conta deste processo que no conjunto de pesquisas sobre as religiões de matrizes africanas, o candomblé de Angola tenha sido relegado a menor importância, conforme anota o trabalho de Capone (2009), o que queremos de fato contribuir em modificar a partir deste debate.

Paralelamente, é importante se ressaltar que a tradição bantu influenciou, de maneira decisiva, o quadro linguístico que levou a modificação do português do Brasil, por conta da predominância, nos ciclos econômicos, da presença das línguas tradicionais, entre elas o quicongo, o umbundo e o

quimbundo, que reconfiguram significativamente a fonética, a morfologia e a sintaxe de nossa língua (LOPES, 2012, p. 20).

Desta forma, aqui defendemos como legítima a pertinência do falar português nos ritos de tradições bantu, em face ao impacto que as línguas tradicionais africanas trazidas causaram no português brasileiro. Reforçando esta dimensão, a intelectual e ativista Lélia Gonzalez afirmava que no Brasil usamos o pretoguês. Segundo ela:

[...] aquilo que chamo de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe). (GONZALEZ, 1988 apud MENDES, 2019, p. 4).

De qualquer forma, nosso debate recai para destacar a anterioridade da tradição bantu na constituição das religiões de matrizes africanas. Sobre isso, Machado (2015, p. 36) entre outros autores/as, vai situar que as primeiras religiões e rituais africanos no Brasil forma chamados de CALUNDUS. Eles aparecem no período colonial, e podem designar de um lado “[...] o espírito evoluído e de elevada hierarquia ou a alma de pessoas que viveram em época remota”, o que em nosso modo de ver aponta sua proximidade com o debate sobre os eixos da tradição religiosa de base bantu. De outro lado, “[...] também pode significar obedecer a um mandamento ou realizar um culto invocando os espíritos com músicas e danças [...]” (CASTRO, 2001 apud MACHADO, 2015, p. 37), conforme apontam estes autores, inclusive, indicam que os calundus foram tomados como sinônimo de candomblé e macumba até o século XVIII no Brasil.

No reforço em situar as referências ancestrais bantu do calundu, para Lopes (2021, p. 194): “o termo origina-se, a nosso ver, no quimbundo “kiundu” (ancestral, espírito de pessoa que viveu em época, ligado ao radical quimbundo “lundula” (herdar)”. Assim, para este autor, este vocábulo será incorporado ao léxico brasileiro no século XV e vai se referir a qualquer culto de base africana antes do registro escrito do termo candomblé.

Nesta mesma direção, para Dalbert (2015, p. 22) o calundu diz respeito a compreensão de que esta experiência religiosa diz respeito ao entendimento de que a “[...] cosmovisão banto oferecia um repertório de sentidos e orientações cognitivas que eram acionadas de modo diferenciado conforme as circunstâncias e a diversidade da experiência religiosa desfrutadas pelos bantos e seus descendentes no Brasil.”, observação que complementa o coro de vozes de que a mescla de elementos cristãos e africanos “[...] não implicava o abandono ou a diluição completa e rápida das tradições religiosas de sua terra mãe”, conforme situa o autor aqui citado.

Já, o estudo de Capone (2009, p. 92) registra que no calundu “O ritual era caracterizado pela percussão dos tambores sagrados e pela comunicação direta com os espíritos, que falavam pela boca dos possuídos”, para a autora isso remete a dimensão da calunga como parte da mitologia bantu em Angola.

De fato, os estudos que forma consultados são unânimes em apontar que os calundus seriam uma modalidade religiosa africana com a utilização de músicas e danças organizados a partir de referenciais de base africana e incorporação de elementos da cosmologia católica, contudo, reafirmando suas identidades ancestrais reconfigurando as bases de manutenção das religiões de matrizes africanas no campo religioso brasileiro.

Outro debate que os estudos trazem para se referir a dimensão bantu nas manifestações religiosas africanas no Brasil, diz respeito a CABULA, segundo Lopes (2020, p. 195) fazendo menção ao trabalho de Nina Rodrigues, escreve este “[...] nome é provável no quicongo “kabula”, animar, encorazar.”, trazendo em sua conformação religiosa expressões de origem bantu, como embanda como o chefe do culto, e o cambono seu ajudante. Isso faz com que este culto será conhecido em algumas regiões como macumba, como demonstra o estudo de Capone (2014, p. 94): “As informações disponíveis sobre a macumba do Rio de Janeiro evidenciam o paralelo que existe entre esse culto e a cabula do Espírito Santo: o chefe do cultuo também se chamava embanda e seu assistente, cambono”.

Sobre isso, Lopes (2021, p. 196) apregoa que a cabula seria a dimensão inicial para a constituição da umbanda no Brasil:

Então, a cabula é que nos parece ter sido a velocidade inicial da umbanda, religião hoje inegavelmente brasileira, mas que tem raízes na África dos povos bantos, raízes estas que, nos meados do século XX, eram alimentadas com a tentativa de africanização representada pela modalidade chamada “omolocô” [...].

Como podemos observar, até este momento, a constituição do candomblé Angola segue uma importante rota de manifestações culturais africanas de base bantu, no processo histórico das religiões de matrizes africanas, que não poderá de fato ser aqui explorado.

No entanto, reforça-se que o candomblé de Angola no Brasil vai se caracterizar como a manutenção de uma experiência religiosa bantu, ancorada na reverência a uma divindade única e suprema, mas conhecida como Nzambi ou Nzambiapungo, de onde emana toda a energia vital.

Para intermediar as interações entre o ser supremo, os seres humanos, os ancestrais e os antepassados, tem-se as divindades mais conhecidas como Nkissi ou em português inquices, reforçando a dimensão ancestral encontrada no vértice da pirâmide vital, mencionada anteriormente.

Desta forma, vinculado ao culto do ancestral emerge a expressão candomblé de caboclo, tradição bantu que reverencia os povos originários no Brasil, onde os indígenas são cultuados como ancestral encantado, os caboclos (MACHADO, 2015, p. 43), reforçando o diálogo que ampliou de forma significativa o respeito aos antepassados desta terra como entidades a serem cultuadas no Brasil.

Nesta configuração de reinterpretação da tradição bantu a religiosidade traz uma diversificação para o espaço do terreiro, conforme Figueiredo e Araújo (2013, p. 40):

O nkisi era concebido na África como objeto confeccionado e pelos sacerdotes para louvar os ancestrais e a sua terra. No outro lado do atlântico, desconectados com os seus ancestrais, nkisi se transforma em forças naturais (denominadas por alguns sacerdotes de energias) pertencentes ao mundo animal, vegetal e mineral. Esses mundos apresentam um trânsito multidirecional e se ligam por diferentes canais recompondo a unidade entre natureza e cultura (GIRROTTO, 1999).

Para o escopo deste artigo, não vamos discutir a hierarquia constitutiva do candomblé de Angola, o importante é ressaltar que ela se manteve no Brasil, a partir de uma estrutura de linhagens, as chamadas raízes, que interligam as principais casas da nação congo-angola, a exemplo do terreiro Tumbensi, o terreiro Tumba Jussara e o Bate Folha em Salvador, além de outras expressões no interior do estado da Bahia. Segundo a tese de Barros (2014):

Ainda segundo a história oral que circunda a cidade do Salvador e seguido por muitos por ser a hipótese mais provável, o Terreiro Raiz do Tumbesi de Nação Angola, foi fundado por um angolano por nome Roberto Barros, cujo sobrenome recebeu de seus senhores [...] enquanto o Terreiros Tumba Junçara e Terreiro Bate Folha, ambos de nação Angola, tenham sido fundados nos anos iniciais do século XIX. Percebe-se que diante dessa história local de Salvador, que seus terreiros têm fundação na sua grande maioria por negros africanos e mais tarde sua sucessão se deu por afro-brasileiros.

Muitos outros elementos poderiam ser agregados ainda, no entanto, compreendemos, que até este momento, procuramos problematizar o desconhecimento sobre as tradições bantu. Assim como, reforçar ser expressão de uma dinâmica histórica, social e cultural desta tradição e a configuração de um repertório fundamental para a consolidação da cultura negra no Brasil.

Considerações finais

Buscamos discutir neste artigo a emergência de se retomar o processo civilizatório bantu e sua importância na constituição das religiões de matrizes africanas no Brasil, considerando sua interface com diferentes manifestações que estão, ao nosso ver, ancorados na experiência de uma filosofia constituída pelos povos bantu.

Indicamos ser fundamental para isso ampliar o conhecimento sobre suas dimensões ontológica, no sentido de reforçar sua importância em estudos e pesquisa sobre esta tradição, na tentativa de tirá-

la do segundo plano, mas, enfatizar que estes povos marcaram profundamente o modo de ser e de viver dos brasileiros.

Como tentamos demonstrar a cosmopercepção de base bantu tem um longo processo e atuou para dar base de constituição de religiões modernas, como a umbanda, assim como, demarca discussões ligadas a energia vital e aos ancestrais como parte de uma estrutura religiosa que informa diferentes maneiras na constituição do candomblé no Brasil. O conhecimento desses elementos, enquanto fundantes das religiões de matrizes africanas, pode trazer novas reflexões a respeito desta experiência religiosa.

De fato, pretende-se, incentivar futuras investigações que privilegiem as diferentes apropriações dessa tradição, não como elemento de diluição das heranças africanas, mas como estratégias de sobrevivência, reatualização e transformação das tradições religiosas bantu no Brasil.

Reforçamos que se trata de um debate inicial e sabemos das lacunas existentes sobre o tema. No entanto, é importante frisar que a tradição bantu atravessa de maneira incontestável as principais manifestações culturais brasileiras que vai do quilombo até as expressões musicais atravessando o falar português no Brasil. Elementos que ainda têm sido pouco explorados, no sentido de identificar que a cultura negra que estamos nos referindo esta demarcada por um processo civilizatório de longa duração, cuja fundação é BANTU!

Referências

- BARROS, Fernanda L. de Santana. **Salvador e suas influências bantu**: as fusões culturais que se aprende e ensina no registro da história e da memória. Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação Brasileira, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, 2014.
- BONO, Ezio Lorenzo. **Muntuísmo: a ideia de pessoa na filosofia africana contemporânea**. Maputo: Educar, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 12 março 2022.
- CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé**: tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Contracapa/Pallas, 2019.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Ntu. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385>. Acesso em: 11/01/2022.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina; NUNES, Cícera. **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DALBERT, Robert. **A religião dos banto: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 7-25, janeiro-junho, 2015.

ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FIGUEIREDO, Janaína; ARAÚJO, Patrício Carneiro, Nkisi na diáspora. In: FIGUEIREDO, Janaína (org.). Nkisi na **Diáspora: raízes Bantu no Brasil**. p. 30-43. Disponível em: file:///C:/Users/ivanc/OneDrive/Imagens/Documentos/Pedagogia2021-1/lingua%20bantu/Livro_Acubalin.pdf. Acesso em: 10/01/2022.

FIGUEIREDO, Janaína. **Entre portos e rios: a memória do Candomblé de Angola em Santos**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação Ciências Sociais – PUC/SP. 215p., 2016.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 4 ed. rev. e atual. - Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Veridiana Silva. **O cajado de Lemba: o Tempo no candomblé de nação Angola**. Dissertação – Mestrado em Ciências - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Ribeirão Preto, São Paulo, 2015.

MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de se estar ligado a alguém”**: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil. Tese – Ciências da Religião – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

MENDES, Roberto. **Lélia Gonzalez e o português afro-brasileiro como ato político e de resistência**. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/15594/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia>. Acesso em: 11/01/2022.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. *Revista USP, São Paulo* (28): 56-62, dezembro/fevereiro, 1995/1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 11/01/2022.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

NUNES, Erivaldo Sales. **Contribuição para a história do Candomblé Congo-Angola na Bahia: o terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916 –1946)**. – 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/ivanc/Downloads/Tese%20Erivaldo%20Nunes.pdf>. Acessado em 11/01/2022.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Coleção X - Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

PREVITALLI, Ivete Miranda. **Candomblé: agora é angola**. São Paulo: Annablume/Petrobras, 2004.

RIBEIRO, Rosa Maria.; CUNHA JR, Henrique. **Relações étnicas e educação: representações sobre o negro no Ceará**. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina; NUNES, Cícera. *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. **Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução**. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. (57.1): 353-381, jan./abr. 2018.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

SILVA, Marcos José Diniz. **“A praga dos catimbós em Fortaleza” e a legitimação do Espiritismo no campo religioso cearense**. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano X, n. 28, Maio/Setembro, 25-42, 2017.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**, Petrópolis: Vozes, 2013.

